



*Handwritten signatures and initials: Rosa, Silva, and others.*

DEPARTAMENTO DE GESTÃO E CONTROLO FINANCEIRO  
UNIDADE DA CONTA E PRESTAÇÕES  
NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO ÀS IPSS

### Mapa de Valências / Atividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2018

Instituição 20018210182 - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS POR UMA COMUNIDADE INCLUSIVA EM SAGUEDO

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Atividade: 2208 - CAARPD - ATENDIMENTO, ACOMPANHAMENTO E REABILITACAO SOCIAIS

Início RS/Atividade no ano: Não

Encerramento RS/Atividade no ano: Não

Nº Meses: 12

Tipo de Acordo: Atípico

Tipo de Atividade:

Nº Médio de Utentes: 30,00

Nº Médio de Funcionários: 5,00

#### Mapa de Valências / Atividades Por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		1.960,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		92.829,20	0,00
Subsídios de entidades públicas		92.829,20	0,00
ISS, IP – Centros Distritais		67.129,20	0,00
Outras entidades públicas		25.700,00	0,00
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-20.102,98	0,00
Gastos com pessoal		-74.955,20	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		18.939,53	0,00
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos		18.939,53	0,00
Outros gastos		-3.725,45	0,00
Correções relativas a anos anteriores		-18,45	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		-18,45	0,00
Outros gastos		-3.707,00	0,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>14.945,10</b>	<b>0,00</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-3.623,75	0,00
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>11.321,35</b>	<b>0,00</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-1.454,79	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>9.866,56</b>	<b>0,00</b>
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>9.866,56</b>	<b>0,00</b>



DEPARTAMENTO DE GESTÃO E CONTROLO FINANCEIRO  
UNIDADE DA CONTA E PRESTAÇÕES  
NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO ÀS IPSS

*Bruno*  
*Gisela*

## Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2018

Instituição: 20018210182 - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS POR UMA COMUNIDADE INCLUSIVA EM SAGUEDO

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		64.836,55	59.232,40
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		1.164,99	657,64
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		<b>66.001,54</b>	<b>59.890,04</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		225,48	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		17.160,34	29.641,44
Outros ativos correntes		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		11.400,18	2.458,16
		<b>28.786,00</b>	<b>32.099,60</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>94.787,54</b>	<b>91.989,64</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos		504,50	504,50
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		44.415,91	24.921,09
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		<b>5.412,16</b>	<b>5.412,16</b>
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras variações		5.412,16	5.412,16
		<b>50.332,57</b>	<b>30.837,75</b>
		<b>9.866,56</b>	<b>19.494,82</b>
Resultado líquido do período		<b>60.199,13</b>	<b>50.332,57</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>			
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		24.508,77	27.683,83
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>24.508,77</b>	<b>27.683,83</b>



*Ruano*  
*Osilva*  
*RJ*

DEPARTAMENTO DE GESTÃO E CONTROLO FINANCEIRO  
UNIDADE DA CONTA E PRESTAÇÕES  
NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO ÀS IPSS

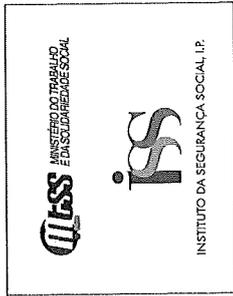
## Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2018

Instituição: 20018210182 - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS POR UMA COMUNIDADE INCLUSIVA EM SAGUEDO

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		0,00	1.982,89
Estado e outros entes públicos		2.783,89	2.280,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		7.295,75	9.709,80
		<b>10.079,64</b>	<b>13.973,24</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>34.588,41</b>	<b>41.657,07</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>94.787,54</b>	<b>91.989,64</b>



**MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)**  
ANEXO OBRIGATORIO

<b>CG</b> Conta de Gerência das Instituições Particulares de Solidariedade Social	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 30%;">ANO</td> <td style="width: 30%;">2018</td> <td style="width: 40%;">(1)</td> </tr> <tr> <td>NISS</td> <td>20018210162</td> <td></td> </tr> <tr> <td>NIPC</td> <td>508228727</td> <td></td> </tr> </table>	ANO	2018	(1)	NISS	20018210162		NIPC	508228727	
ANO	2018	(1)								
NISS	20018210162									
NIPC	508228727									

55/16  
 Bruno

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º (3)	TAXA DE AMORTIZ.º (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES				SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (8)	MOVIMENTOS NO ANO				SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)
					1.º AO 3.º ANO (5)	4.º e 5.º ANO (6)	6.º ANO (7)	7.º ao 50.º ANO (8)		A débito (11)	A crédito (12)	Para a 788- Outros débi. (13)	Outros créditos (13)	
					(5)	(6)	(7)	(8)		(11)	(12)	(13)	(13)	
593	SUBSÍDIOS													0,00 0,00
	*** TOTAL SUBS.													0,00 0,00
4	INVESTIMENTO			2% 16,66% 20% 33,33%										
	*** TOTAL DO INVESTIM.													0,00 0,00

e+f+g=<h+i+j+l

**NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.**  
Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento).  
As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas,

Trabalho Voluntário prestado no Exercício de 2018

Moeda: Euros

*Silvia*  
*Bruno*

Função Desempenhada	N°. de Pessoas	Total Horas	Valor
Total: .....			

  
Osilva  
Bruno

**AMICIS – ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS  
PARA UMA COMUNIDADE  
INCLUSIVA EM SANGUEDO**

**Anexo**

**31 de Dezembro de 2018**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1	Bases de Apresentação.....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	9
5	Activos Fixos Tangíveis.....	9
6	Activos Intangíveis .....	11
7	Loações .....	11
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	11
9	Inventários.....	11
10	Rédito .....	12
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	12
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	12
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	12
14	Imposto sobre o Rendimento .....	12
15	Benefícios dos empregados.....	12
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
17	Outras Informações .....	13
17.1	Investimentos Financeiros .....	13
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	13
17.3	Clientes e Utentes.....	14
17.4	Outras contas a receber .....	14
17.5	Diferimentos .....	14
17.6	Outros Activos Financeiros .....	14
17.7	Caixa e Depósitos Bancários .....	14
17.8	Fundos Patrimoniais .....	14
17.9	Fornecedores.....	15
17.10	Estado e Outros Entes Públicos .....	15
17.11	Outras Contas a Pagar .....	15
17.12	Outros Passivos Financeiros .....	15
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração .....	16
17.14	Fornecimentos e serviços externos .....	16
17.15	Outros rendimentos e ganhos .....	16
17.16	Outros gastos e perdas .....	16
17.17	Resultados Financeiros .....	17
17.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	17

*Silvina*  
1  
*Bruno*

**1 Identificação da Entidade**

A "AMICIS – ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS PARA UMA COMUNIDADE INCLUSIVA EM SANGUEDO" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social – Pessoa Colectiva de Utilidade Pública" com estatutos publicados no Diário da República n.º 47, Série II, com sede em Rua Padre David Fernandes Coelho, 135, freguesia de Sanguêdo. Tem como actividade Apoio Social para Pessoas com Deficiência, sem Alojamento, para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Promoção de uma comunidade inclusiva dirigida a aberta à pessoa com deficiência, através de estruturas materiais e humanas que existem ou venham a existir.

**2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2014as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais" e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
<b>Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
<b>Fundos Patrimoniais SNC-ESNL</b>	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
<b>Resultado Líquido SNC-ESNL</b>	

Handwritten signature and initials, possibly 'Bruno', in black ink.

### 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

##### 3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

##### 3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5
Outros Activos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

### 3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não se aplica.

### 3.2.3 Propriedades de Investimento

Não se aplica.

### 3.2.4 Activos Intangíveis

Não se aplica.

### 3.2.5 Investimentos financeiros

Neste campo aplicamos o valor referente ao Fundo Compensação de Trabalho.

### 3.2.6 Inventários

Não se aplica.

### 3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

**3.2.8 Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### 3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

### 3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Activos Fixos Tangíveis**

##### Bens do domínio público

Não se aplica.

##### Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

*Bruno Silva*

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais				11250,00		11250,00
Edifícios e outras construções	53075,60			11250,00		41825,60
Equipamento básico	1684,00					1684,00
Equipamento de transporte	3000,00	10000,00				13000,00
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	3951,16					3951,16
Outros Activos fixos tangíveis						
<b>Total</b>	<b>61710,86</b>	<b>10000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>71710,76</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	1753,37	931,50	300,00			2384,87
Equipamento básico	1684,00					1684,00
Equipamento de transporte	3000,00	1458,33				4458,33
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	3951,16					3951,16
Outros Activos fixos tangíveis						
<b>Total</b>	<b>10388,53</b>	<b>2614,83</b>	<b>300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12478,36</b>

Descrição	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	51322,23		11881,50	39440,73
Equipamento básico	0,00		0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	10000,00	1458,33	8541,67
Equipamento biológico	0,00		0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00		0,00	0,00
Outros Activos fixos tangíveis	0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>51322,23</b>	<b>10000,00</b>	<b>13339,83</b>	<b>47982,40</b>

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	11250,00					11250,00
Edifícios e outras construções	41825,60					41825,60
Equipamento básico	1684,00	1227,90				2911,90
Equipamento de transporte	13000,00	8000,00				21000,00
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	3951,16					3951,16
Outros Activos fixos tangíveis						
<b>Total</b>	<b>71710,76</b>	<b>9227,90</b>	<b>0,00</b>			<b>80938,66</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	2384,87	931,50				3316,37
Equipamento básico	1684,00	25,58				1709,58
Equipamento de transporte	4458,33	2666,67				7125,00
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	3951,16	0,00				3951,16
Outros Activos fixos tangíveis						
<b>Total</b>	<b>12478,36</b>	<b>3623,75</b>				<b>16102,11</b>

Descrição	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	11250,00	0,00		11250,00
Edifícios e outras construções	39440,73		931,50	38509,23
Equipamento básico	0,00	1227,90	25,58	1202,32
Equipamento de transporte	8541,67	8000,00	2666,67	13875,00
Equipamento biológico	0,00		0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00		0,00	0,00
Outros Activos fixos tangíveis	0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>59232,40</b>	<b>9227,90</b>	<b>3623,75</b>	<b>64836,55</b>

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2018 e 2017, foram os seguintes:

Descrição	2017					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Descrição	2018					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

6 Activos Intangíveis

Não se aplica.

7 Locações

Não se aplica.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	1228,07	1228,07	0,00	1581,23	1581,23
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9 Inventários

Não se aplica.

**10 Rédito**

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	0,00	0,00
Quotas e jóias	1960,00	1680,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1960,00</b>	<b>1680,00</b>

*OS*  
*Bruno*  
*12/17*

**11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes**Provisões

Não se aplica.

Passivos contingentes

Não se aplica.

Activos contingentes

Não se aplica.

**12 Subsídios do Governo e apoios do Governo**

A 31 de Dezembro de 2018e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
<b>Subsídios do Governo</b>		
<b>Apoios do Governo</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

Não se aplica.

**14 Imposto sobre o Rendimento**

Não se aplica.

**15 Benefícios dos empregados**

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram, de 3 em cada ano, não havendo alterações de um ano para o outro.

Os órgãos directivos não usufruem de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 5 em 31/12/2017 foi de 5.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	62.330,62	64.520,09
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	11.479,18	10.459,00
Seguros Acid. no Trabalho e Doenças Profissionais	835,81	765,90
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	309,59	0,00
<b>Total</b>	<b>74.955,20</b>	<b>76.147,70</b>

*Bealino*

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Investimentos Financeiros

Não se aplica.

### 17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	12.570,16	17.725,34
Quotas	1.960,00	1.680,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>14.530,16</b>	<b>19.405,34</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2018 e 2017, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutualidades - capitais vencidos a pagar				

Beneficiários das mutualidades - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**17.3 Clientes e Utentes**

Não se aplica.

**17.4 Outras contas a receber**

Não se aplica.

**17.5 Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
	841,79	418,15
<b>Total</b>	<b>841,79</b>	<b>418,15</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
	16.318,55	29.223,29
<b>Total</b>	<b>17.160,34</b>	<b>29.223,29</b>

**17.6 Outros Activos Financeiros**

Não se aplica.

**17.7 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	26,29	2,40
Depósitos à ordem	11.373,89	2.455,76
Depósitos a prazo		
Outros		
<b>Total</b>	<b>11.400,18</b>	<b>2.458,16</b>

**17.8 Fundos Patrimoniais**

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	504,50	0,00	0,00	504,50
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	24.921,09	19.494,82	0,00	44.415,91
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	5.412,16	0,00	0,00	5.412,16
<b>Total</b>	<b>30.837,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.332,57</b>

**17.9 Fornecedores**

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	0,00	1.982,89
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores facturas em recepção e conferência		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>1.982,89</b>

*65 Silva*  
*Bruna*  
*mez*

**17.10 Estado e Outros Entes Públicos**

As rubricas de "Estado e outros Entes Públicos" estão movimentadas e apresentam o seguinte saldo a 31-12-2018:

Descrição	2018	2017
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-225,48	
Outros Impostos e Taxas		
<b>Total</b>		
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	644,77	613,00
Segurança Social	2.139,12	1.667,55
Outros Impostos e Taxas		
<b>Total</b>	<b>2.558,41</b>	<b>2.280,55</b>

**17.11 Outras Contas a Pagar**

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar	0,00	7.254,00	0,00	9.709,80
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	41,75	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros credores (cheques em transação, fornecedores)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>7.295,75</b>	<b>0,00</b>	<b>9.709,80</b>

**17.12 Outros Passivos Financeiros**

Não se aplica.

**17.13 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	67.129,20	65.672,67
Subsídios de outras entidades	25.700,00	24.353,00
Doações e heranças		
Legados		
<b>Total</b>	<b>92.829,20</b>	<b>90.025,67</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

**17.14 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	9.081,40	7.002,67
Materiais	4.110,09	2.903,50
Energia e fluidos	4.478,12	3.011,23
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos	2.433,37	2.058,70
<b>Total</b>	<b>20.102,98</b>	<b>14.976,10</b>

**17.15 Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	12,95	0,65
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	12.570,16	17.1725,34
Outros rendimentos e ganhos	6.356,42	6.868,04
<b>Total</b>	<b>18.939,53</b>	<b>24.594,03</b>

**17.16 Outros gastos e perdas**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	0,00	20,02
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	3.725,45	1.990,00
<b>Total</b>	<b>3.725,45</b>	<b>2.010,02</b>

**17.17 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	1.228,07	1.330,14
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	226,72	251,09
<b>Total</b>	<b>1.454,79</b>	<b>1.581,23</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-1.454,79</b>	<b>-1.581,23</b>

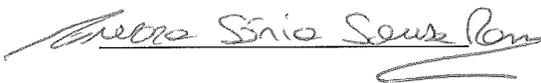
**17.18 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Sanguedo, 19 de Março de 2018

Contabilista Certificado



A Direção

